

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA

Ane Gabrielle Marcelino Barbosa, Universidade Potiguar (UNP),
anegabriellemarcelino@gmail.com

Wanessa Anselmo De Lucena Castro, Universidade Potiguar (UNP),
wanessamed24@gmail.com

Cyrlyanne Augusta de Paiva, Universidade Potiguar (UNP),cyrlyannepaiva@gmail.com
(Dr^a) Estefani Pontes Simão, Universidade Potiguar (UNP), estefani.simao@ulife.com.br

RESUMO

O estudo analisa o perfil epidemiológico da sífilis congênita no Rio Grande do Norte entre 2020 e 2024, utilizando dados do SINAN. Observa-se incidência elevada e persistente, com predominância de casos em gestantes jovens e amplo registro de pré-natal, indicando fragilidades na qualidade da assistência. A alta taxa de transmissão vertical reflete desigualdades regionais, cobertura diagnóstica insuficiente e limitações nas ações de vigilância. Os resultados evidenciam a necessidade de qualificação do cuidado pré-natal, fortalecimento da testagem e ampliação das estratégias de prevenção para reduzir o impacto da doença na saúde pública estadual.

Palavras-chaves: Sífilis congênita, Vigilância epidemiológica, Saúde Pública.

INTRODUÇÃO

A Sífilis Congênita (SC) configura-se como um persistente problema de saúde pública no Brasil, representando um desafio multidimensional para as políticas de saúde materno-infantil. Embora seja uma condição totalmente evitável mediante diagnóstico precoce e tratamento adequado, observa-se a manutenção de elevadas taxas de incidência, particularmente em regiões caracterizadas por marcantes desigualdades socioeconômicas e fragilidades estruturais nos sistemas locais de saúde (BRASIL, 2024). No contexto do Rio Grande do Norte (RN), os indicadores epidemiológicos recentes demonstram taxas de incidência que superam significativamente a média nacional, configurando um cenário epidemiológico preocupante (BRASIL, 2024).

A persistência deste agravo reflete falhas sistêmicas multifatoriais, que englobam desde a inadequada cobertura e qualidade do pré-natal até deficiências na testagem oportuna e na adesão ao tratamento, agravadas por evidentes disparidades no acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 2022).

No âmbito potiguar, a elevada prevalência de SC relaciona-se intrinsecamente com deficiências estruturais na atenção primária, particularmente na assistência pré-natal, e com profundas desigualdades interregionais. Dados epidemiológicos recentes

evidenciam que municípios do interior apresentam taxas de transmissão vertical significativamente superiores às observadas em centros urbanos. Esta realidade posiciona o Nordeste brasileiro, e especialmente o RN, entre as regiões com os mais preocupantes indicadores, demandando urgentemente a implementação de estratégias integradas de prevenção e controle (RIO GRANDE DO NORTE, 2024).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar minuciosamente o perfil epidemiológico da SC no RN, investigando a distribuição espaço-temporal dos casos, as características sociodemográficas e clínicas das gestantes acometidas, os fatores determinantes da não adesão ao tratamento e os principais elementos associados à transmissão vertical.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, retrospectivo, qualitativo e quantitativo, que analisa o perfil da sífilis congênita no Estado do Rio Grande do Norte, utilizando-se de dados secundários coletados a partir de boletins e painéis epidemiológicos oficiais, com o objetivo de descrever e discorrer sobre o perfil epidemiológico e seus impactos diante a saúde pública presente no Estado.

As informações foram extraídas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), disponibilizados por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), com amostra de casos notificados de SC e sífilis gestacional. O período de análise compreende os casos notificados entre janeiro de 2020 e junho de 2024.

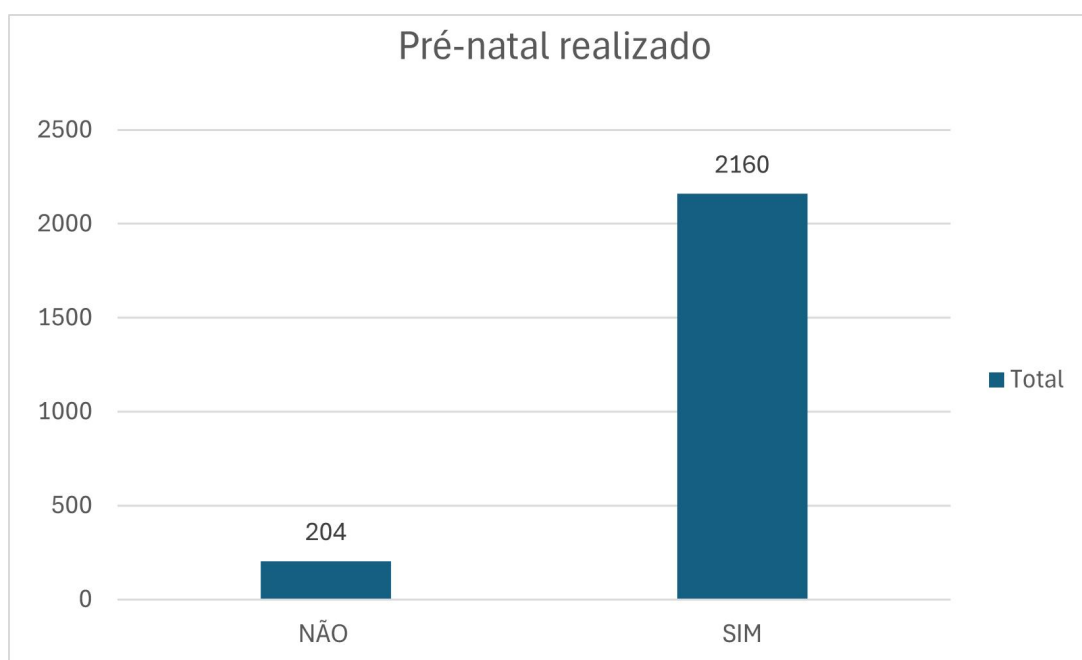
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A observação dos resultados referentes ao perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio Grande do Norte, entre os anos de 2020 e 2024, viabiliza a compreensão da persistência desse agravo no contexto da saúde pública estadual, havendo um pico de notificações no RN em 2020, mantendo taxas de incidência médias bem acima da média nacional, segundo análise espaço temporal da sífilis congênita no RN realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os dados coletados evidenciam evolução temporal dos casos, os aspectos estruturais relacionados à assistência pré-natal, à cobertura diagnóstica e à efetividade das ações de vigilância. A assistência pré-natal constitui a principal estratégia para o controle da sífilis congênita, objetivando dessa maneira o diagnóstico precoce e tratamento

adequado da sífilis congênita. Entretanto, a simples realização do pré-natal não representa garantia na interrupção da transmissão vertical, assim é imprescindível avaliar a qualidade e a efetividade desta assistência. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos casos de sífilis congênita no Rio Grande do Norte segundo a informação sobre realização de pré-natal, entre o período anual de 2020 a 2024, revelando dados que apreciam profunda reflexão.

Gráfico 1. Distribuição dos casos de sífilis congênita segundo realização de pré-natal pela gestante. Rio Grande do Norte, 2020-2024.



Fonte: DATASUS/SINAN(2024)

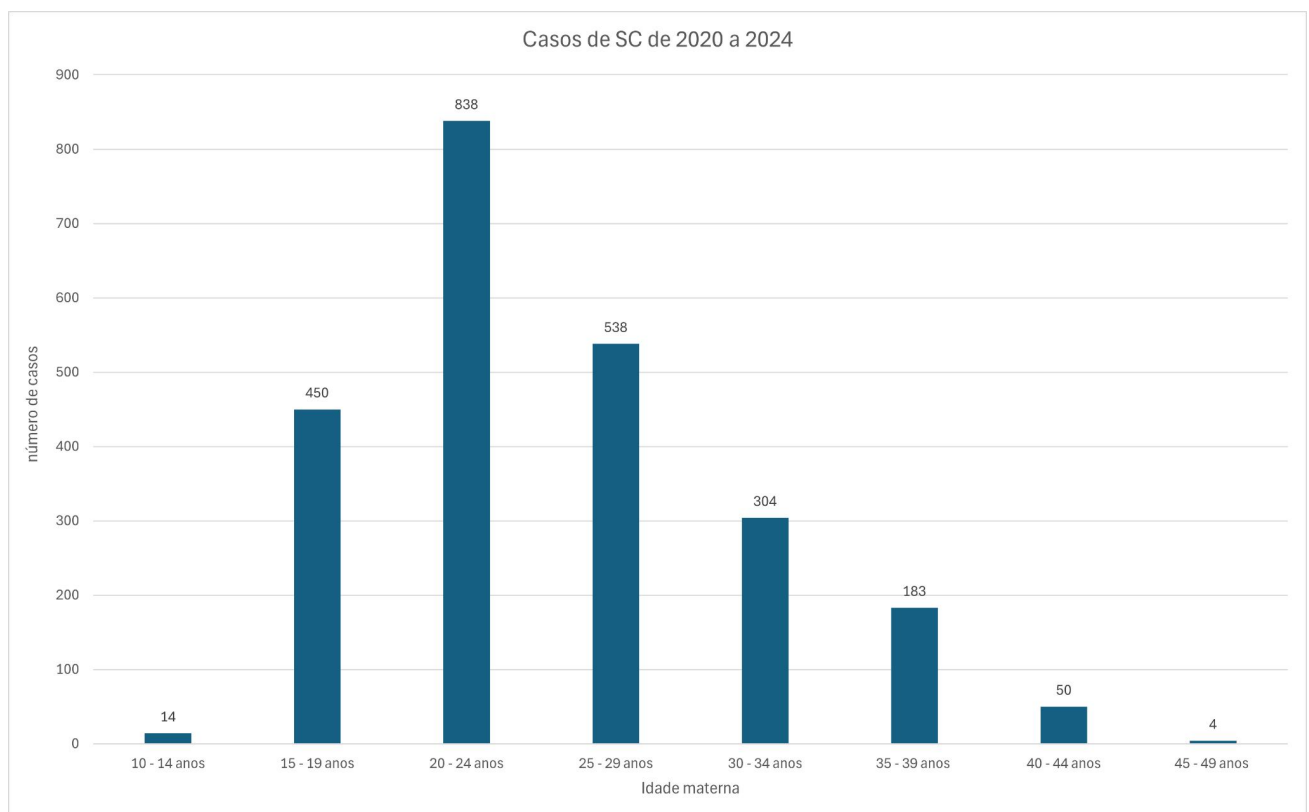
Os dados apresentados no Gráfico 1 revelam um cenário paradoxal: 91,4% dos casos de sífilis congênita ($2.160/2.364$) ocorreram em gestantes que realizaram pré-natal. A interpretação dos resultados corrobora o que Domingues e Leal (2022) evidenciam em análise nacional, ao inferir que a ampliação da cobertura pré-natal no Brasil não se traduziu em efetiva redução da transmissão vertical, decorrente da persistente dissociação entre acesso e qualidade da assistência.

Nesse sentido, Figueiró et al. (2019) idealiza a necessidade de transcender a dimensão quantitativa do pré-natal, priorizando a qualificação do cuidado, a vigilância ativa e a formação permanente das equipes. Ademais, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2022)

preconiza estratégias de reestruturação do cuidado pré-natal, integrando testagem sistemática, tratamento imediato e monitoramento contínuo da linha de cuidado, a fim de transformar o pré-natal em barreira efetiva contra a sífilis congênita.

Além disso, a análise da distribuição etária das gestantes é indispensável para compreender a epidemia de sífilis congênita, porque faixas etárias diferentes podem estar associadas a variados fatores como vulnerabilidades específicas e necessidades distintas de cuidado. O gráfico 2, delinea o perfil etário das mães de crianças com sífilis congênita no estado.

Gráfico 2. Distribuição dos casos de Sífilis Congênita (SC) segundo a faixa etária da gestante. Rio Grande do Norte, 2020-2024.



Fonte: DATASUS/SINAN(2024)

Os dados expressam uma elevada concentração de casos nas gestantes mais jovens, com destaque para as faixas de 20 a 29 anos. O presente padrão confirma os achados de Silva et al. (2022), que caracteriza a mesma tendência no âmbito nacional e a associação de uma maior vulnerabilidade social e sexual nessa fase da vida, além de maior rotatividade de parceiros e menor negociação para uso de preservativos.

A significativa participação de adolescentes (15-19 anos) no gráfico 2 repercute os desafios da educação sexual e do acesso a serviços de saúde, uma problemática amplamente discutida por Oliveira e Santos (2021). Os dados da faixa etária compreendida entre 10-14 anos, ainda que em menor número, é particularmente alarmante e aponta para a presença de possíveis motivos como a violência sexual e gravidez infantil, exigindo uma abordagem intersetorial urgente.

CONCLUSÃO

A análise do perfil epidemiológico da sífilis congênita no estado do Rio Grande do Norte, no período de 2020 a 2024, evidencia a persistência desse agravo como um importante desafio para a saúde pública estadual e regional. O estudo evidencia que o controle efetivo da sífilis congênita no Rio Grande do Norte depende não apenas da ampliação da cobertura assistencial, mas, sobretudo, da qualificação do cuidado, da equidade na distribuição dos recursos e da consolidação de uma rede de atenção resolutive, capaz de garantir o diagnóstico oportuno, o tratamento adequado e o acompanhamento integral de gestantes e recém-nascidos.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. J. M. et al. Desigualdades regionais na atenção à saúde: análise da distribuição de serviços e recursos no Rio Grande do Norte. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 8, p. 2345-2356, 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS – DATASUS. *Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)*. Brasília, DF, [2024?]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/niuf.def>. Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites Virais*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico de Sífilis 2024*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em:

https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_sifilis_2024_e.pdf/view. Acesso em: 7 jun. 2025.

DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira; LEAL, Maria do Carmo. Desafios na prevenção da sífilis congênita no Brasil: lições da última década. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 44, n. 9, p. 805-813, 2022. DOI: 10.1055/s-0042-1749581.

FIGUEIRÓ, Ana Cláudia et al. Determinantes da sífilis congênita: uma análise hierarquizada. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 12, p. 4639-4648, 2019. DOI: 10.1590/1413-812320182412.30732017.

NASCIMENTO, R. C. P. et al. Subnotificação de agravos à saúde no interior do Rio Grande do Norte: análise dos fatores determinantes. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 31, n. 3, e2021837, 2022.

OLIVEIRA, R. R.; SANTOS, E. G. Fatores associados à sífilis em adolescentes gestantes: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil*, Recife, v. 21, n. 4, p. 1125-1136, 2021.

PEREIRA, L. M.; SANTOS, M. A. B. Vigilância em saúde e territorialização: estratégias para o enfrentamento da sífilis congênita em contextos regionais diversos. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 138, p. 456-470, 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Saúde Pública. *Boletins Epidemiológicos*. Natal: SESAP, 2024. Disponível em: <http://www.saude.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=7549&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Boletins+Epidemiol%F3gicos>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, L. O. et al. Perfil epidemiológico da sífilis congênita no Brasil: análise por faixa etária materna. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 31, n. 2, e2021837, 2022.